

Projeto CITinova II - Promovendo Planejamento Metropolitano Integrado e Investimentos
Inovadores em Tecnologias Urbanas no Brasil

TERMO DE REFERÊNCIA PARA DESENVOLVIMENTO DE CURSO SOBRE GOVERNANÇA METROPOLITANA E INTERFEDERATIVA

Brasília, julho de 2025

1. Glossário

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MCID – Ministério das Cidades

MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RM – Região Metropolitana

RM Belém – Região Metropolitana de Belém

RM Florianópolis – Região Metropolitana de Florianópolis

RIDE Teresina – Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

2. Introdução

O Projeto GEF-7 CITinova II - “Promovendo Planejamento Metropolitano Integrado e Investimentos Inovadores em Tecnologias Urbanas no Brasil”, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), foi celebrado entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O CITinova II tem como parceiros estratégicos o Ministério das Cidades (MCID) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O objetivo do projeto a redução de emissão de gases de efeito estufa, o fortalecimento da conservação da biodiversidade e a obtenção de cobenefícios econômicos, sociais e ambientais por meio de planejamento urbano integrado.

As ações do CITinova II estão sendo executadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente Brasil (PNUMA-BR) e pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), sob liderança do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e supervisão do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) como Agência Implementadora do GEF.

O Projeto inclui atividades no nível nacional e a nível local, em três regiões brasileiras: Região Metropolitana de Belém, Região Metropolitana de Florianópolis e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. As atividades estão organizadas em quatro componentes, quais sejam:

- Componente 1: Planejamento integrado e governança.
- Componente 2: Investimentos integrados em pilotos.
- Componente 3: Financiamento inovador.
- Componente 4: Troca de conhecimento e capacitação.

3. Justificativa

A governança metropolitana no Brasil surgiu da necessidade de coordenar ações entre municípios de regiões urbanas integradas, especialmente diante da intensificação da urbanização a partir da década de 1970. O marco inicial foi a criação das primeiras Regiões Metropolitanas pela Lei Complementar nº 14/1973, durante o regime militar, com forte protagonismo do governo estadual e competência da União para instituí-las. Com a Constituição Federal de 1988, houve uma descentralização do poder e a responsabilidade pela criação das regiões metropolitanas passou aos estados, o que resultou em arranjos institucionais variados e certa descontinuidade nos modelos anteriores. A partir dos anos 2000, com o Estatuto da Cidade (2001) e, mais significativamente, com o Estatuto da Metrópole (2015), a governança metropolitana passou a incorporar mecanismos legais mais robustos, com vistas à promoção da cooperação interfederativa e da gestão compartilhada de funções públicas de interesse comum.

Com o objetivo de fortalecer a agenda, o Ministério das Cidades (MCID), por meio do Projeto CITinova II, propôs a criação de um curso introdutório sobre governança metropolitana no Brasil. O curso irá integrar o Portal Capacidades, que se configura como um importante instrumento da instituição para promover a disseminação de conhecimento e a capacitação técnica de agentes públicos nas três esferas de governo e de agentes sociais, com vistas a apoiar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

4. Objeto da Contratação

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de uma consultoria especializada para o desenvolvimento de um curso autoinstrucional de introdução à governança metropolitana e interfederativa no Brasil.

5. Objetivo da Contratação

O presente Termo de Referência tem por objetivo desenvolver um curso de introdução à governança metropolitana e interfederativa para apoiar governos municipais, estaduais e entes metropolitanos a desenvolver capacidades para realizar planejamento urbano integrado e a gestão coordenada de funções públicas de interesse comum.

O curso deverá apresentar as diretrizes gerais de planejamento e gestão do Estatuto da Metrópole, com foco em conceitos-chave, instâncias decisórias, estruturas organizacionais e mecanismos de financiamento voltados à gestão compartilhada das funções públicas de interesse comum (FPIC), abordando aspectos jurídicos, institucionais, territoriais e tecnológicos, com base em experiências práticas e instrumentos de planejamento e gestão, como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

6. Estratégia de Execução

6.1. Diretrizes Gerais

Os serviços de consultoria objeto deste contrato seguirão as orientações da Direção Nacional do Projeto, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e da Equipe Gestora do Projeto, composta por integrantes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Os pontos focais para a implementação das atividades no que se refere à parte técnica será a Coordenadora Técnica do PNUMA e a equipe da Coordenação-Geral de Fortalecimento das Capacidades Governativas do Ministério das Cidades (MCID), e no que se refere à gestão do contrato será a Gerente de Projeto do FUNBIO.

A execução das atividades deverá seguir as diretrizes, atividades, indicadores, resultados esperados e demais informações constantes no Documento do Projeto¹. Além disso, o curso deverá ser desenvolvido em concordância com as diretrizes do Portal Capacidades do Ministério das Cidades e da Escola Virtual (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Os manuais das duas plataformas serão disponibilizados pela Equipe Gestora do Projeto².

Para a execução das atividades, deverá ser constituído um Grupo de Trabalho. A Coordenadora Técnica do PNUMA e a equipe da Coordenação-Geral de Fortalecimento das Capacidades

¹ Para fins desse edital, considera-se o Documento do Projeto o pacote endossado pelo CEO do GEF no dia 18 de dezembro de 2021, considerando suas revisões posteriores.

² Os manuais da Escola Virtual da ENAP podem ser encontrados nos links a seguir: (a) Metodologia de trabalho: <https://sites.google.com/enap.gov.br/enap-conteudista-ead/in%C3%ADcio>; (b) orientações de configuração: <https://drive.google.com/file/d/1R7iiiG1ObVpzHV4QwkfUNUjmx1pi8Zr2/view>; (c) orientações de upload: <https://drive.google.com/file/d/1EHBdKNKsVs7DCF4IGY4qjYjV8xCHjdJ/view>.

Governativas deverão participar das atividades de levantamento, de cocriação, de processamento das informações e de desenvolvimento, buscando maior envolvimento da equipe com as metodologias e resultados deste trabalho, para fins de gestão do conhecimento, monitoramento e futuras avaliações de produtos.

Ao longo do desenvolvimento das atividades, a CONTRATADA deverá documentar as lições aprendidas, as boas práticas e as experiências do processo de gestão e implementação das atividades consoantes no presente termo de referência conforme orientações da Equipe Gestora do Projeto. A CONTRATADA também deverá estar disponível para reuniões periódicas para tratar sobre o assunto. A periodicidade das reuniões será acordada entre as partes.

6.2. Diretrizes de Gênero e Inclusão

A realização dos serviços descritos no presente termo de referência a CONTRATADA deverá considerar uma abordagem que considere a perspectiva de equidade de gênero e de grupos minoritários, da juventude e de populações tradicionais. Para tanto, a CONTRATADA deverá:

- a. Assegurar que os princípios da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres fundamentem o planejamento, a formulação, a priorização, a implementação e o monitoramento das atividades e ações, conforme as diretrizes do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 das Nações Unidas e demais acordos internacionais vigentes;
- b. Garantir participação equitativa na tomada de decisão sobre os serviços realizados no âmbito do presente termo de referência, especialmente na distribuição dos benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações e intervenções propostas ou realizadas;
- c. Realizar avaliações e análises que considerem a perspectiva de gênero, de grupos minoritários, da juventude, da população idosa e de populações tradicionais, para obter informações sobre as diferentes condições sociais, econômicas e políticas que cada grupo enfrenta;
- d. Desenvolver metodologias que integrem a perspectiva de gênero, de grupos minoritários, da juventude e de populações tradicionais;
- e. Promover participação sensível ao gênero, para garantir que as oficinas, comitês, estruturas de participação, grupos de trabalho, consultas, tomadas de decisão, treinamentos de capacitação e outras ações que venham a ser desenvolvidas pela CONTRATADA, assumam o compromisso de envolver igualmente mulheres e homens, integrantes de grupos minoritários, da juventude e de populações tradicionais, levando em consideração suas perspectivas;
- f. Trazer soluções e promover atividades que estejam em conformidade com os critérios dos indicadores do Plano de Gênero do Projeto CITInova II e que integrem um ou mais dos 16 impulsionadores do conjunto de integração de gênero (material será compartilhado posteriormente em reunião);

- g. Documentar em relatório técnico as boas práticas, lições aprendidas e experiências na implementação das ações que integram a abordagem de gênero, de grupos minoritários, da juventude e de populações tradicionais.

7. Atividades Propostas

As atividades relativas ao objeto do presente Termo de Referência serão desenvolvidas em 4 (quatro) etapas. O quadro abaixo apresenta um resumo das etapas, atividades e produtos:

Nº	Etapas	Produtos
1	Etapa 1 – Plano de Trabalho	Produto 1 – Documento contendo Plano de Trabalho
2	Etapa 2 – Planejamento do Curso	Produto 2 – Documento contendo Planejamento da Estrutura do Curso
3	Etapa 3 – Desenvolvimento do Curso	Produto 3.1 – Documento contendo Roteiros do Conteúdo e dos Recursos Didático-Pedagógicos propostos para o Curso, incluindo Guia do Aluno Produto 3.2 – Conteúdo do curso, incluindo vídeos, áudios, questionários avaliativos e demais materiais didático-pedagógicos
4	Etapa 4 – Inserção do Curso nas Plataformas e Etapa de Testes	Produto 4.1 – Curso inserido nas plataformas Produto 4.2 – Curso revisado após etapa de testes

A seguir a descrição detalhada as etapas:

Etapa 1 – Plano de Trabalho

A CONTRATADA deverá desenvolver o Plano de Trabalho para a execução de todas as atividades previstas no presente termo de referência. O Plano de Trabalho deverá conter:

- O detalhamento dos objetivos, atividades e produtos contidos no presente termo de referência;
- O cronograma com a descrição das atividades, com marcos, prazos, e entregáveis para cada etapa, além da definição do calendário de início e término para cada atividade, contemplando possíveis interdependências;
- A descrição das metodologias e ferramentas que serão aplicadas em cada fase;
- O planejamento de reuniões e pontos de verificação para acompanhar o progresso das atividades e ajustar ações, se necessário.

Produto 1: Documento contendo Plano de Trabalho

Etapa 2 – Planejamento do Curso

A CONTRATADA deverá desenvolver um curso autoinstrucional de 30 (trinta) horas de Introdução à Governança Metropolitana e Interfederativa para ser disponibilizado no Portal Capacidades do Ministério das Cidades (MCID) hospedado no ambiente virtual da Escola Virtual de Governo (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). O curso deverá apresentar as diretrizes gerais de planejamento e gestão do Estatuto da Metrópole, com foco em conceitos-chave, instâncias decisórias, estruturas organizacionais e mecanismos de financiamento voltados à gestão compartilhada das funções públicas de interesse comum (FPIC), abordando aspectos jurídicos, institucionais, territoriais e tecnológicos, com base em experiências práticas e instrumentos de planejamento e gestão, como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). O público-alvo do curso são servidores e gestores públicos, profissionais interessados na temática e a sociedade em geral.

O curso deverá ser desenvolvido a partir do conteúdo mínimo e dos objetivos de aprendizagem listados abaixo:

- i. **Introdução à governança metropolitana e interfederativa**, incluindo conhecimentos relacionados a evolução histórica das políticas territoriais e metropolitanas no Brasil, oferecendo um retrato das regiões metropolitanas brasileiras e discutindo as desigualdades intrametrropolitanas, bem como a necessidade de coordenação interfederativa. Os objetivos de aprendizagem relacionados são: compreender a evolução das políticas territoriais e metropolitanas no país; reconhecer as características e desigualdades das regiões metropolitanas; e identificar os fundamentos da coordenação interfederativa.
- ii. **Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015)**, incluindo conhecimento relacionados aos princípios, diretrizes e objetivos do Estatuto da Metrópole, além dos conceitos de metrópole, região metropolitana e área metropolitana no ordenamento jurídico brasileiro. Os objetivos de aprendizagem relacionados são: compreender a legislação que ampara a governança metropolitana no Brasil; e interpretar os conceitos de metrópole, região metropolitana e aglomeração urbana, a fim de diferenciar suas características e efeitos legais.
- iii. **Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) e Princípios da Governança Interfederativa**, incluindo conhecimento relacionados à definição e gestão das funções públicas de interesse comum e ao papel dos entes federativos (União, Estados e Municípios). Os objetivos de aprendizagem relacionados são: compreender o conceito de FPIC e sua importância na organização, implementação e gestão de políticas públicas em nível metropolitano; além de identificar as competências e

responsabilidades dos entes federativos, compreendendo assim a lógica da governança interfederativa.

- iv. **Planejamento Metropolitano**, incluindo conhecimentos relacionados ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), sua compatibilização com os planos diretores municipais, ao papel das instâncias técnicas e participativas, bem como à importância da participação social na gestão metropolitana. Os objetivos de aprendizagem relacionados são: reconhecer o papel do PDUI como instrumento de planejamento e gestão das regiões metropolitanas; compreender a necessidade de compatibilização entre o PDUI e os planos diretores municipais, com vistas à compreender a necessidade de articulação entre o planejamento regional e local; e compreender a importância da construção e da gestão colaborativa, visando ampliar a legitimidade das decisões.
- v. **Políticas Públicas em Contexto Metropolitano**, incluindo conhecimentos relacionados às diversas políticas públicas aplicáveis em contextos metropolitanos, como: política habitacional, regularização fundiária, mobilidade urbana e integração metropolitana, saneamento e resíduos sólidos, meio ambiente urbano, planejamento climático (mitigação, adaptação e riscos), educação, saúde, gestão de recursos hídricos e transformações e estruturas tecnológicas de apoio, pesquisa e gestão territorial (CTM). O objetivo de aprendizagem relacionado é os desafios e as oportunidades de implementação de políticas públicas em contextos metropolitanos, considerando as variáveis política, técnica e social, visando maior efetividade e eficiência da aplicação de recursos humanos e financeiros.
- vi. **Importância da Governança Interfederativa para a Política Climática e Ambiental**, incluindo conhecimentos relacionados a articulação entre a governança interfederativa e os desafios ambientais e climáticos enfrentados pelos aglomerados urbanos e pelas regiões metropolitanas e a como os diferentes entes federativos podem atuar de forma coordenada na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas. Os objetivos de aprendizagem relacionados são: compreender como a governança interfederativa pode fortalecer a política climática e ambiental em regiões metropolitanas; identificar mecanismos institucionais, legais e financeiros para a ação coordenada em questões ambientais e climáticas; e analisar estratégias de planejamento ambiental e climático com base em cooperação entre os entes federativos.
- vii. **Modelos Organizacionais e Arranjos Institucionais**, incluindo conhecimentos relacionados aos modelos de organização aplicáveis à gestão metropolitana, como consórcios públicos, convênios e entidades autárquicas e às experiências práticas de governança em regiões metropolitanas brasileiras e no mundo, considerando exemplos exitosos e não exitosos para servir como lições aprendidas e boas práticas. O objetivo de aprendizagem relacionado é conhecer e reconhecer os principais modelos de

organização aplicados à gestão metropolitana, suas características e diferenças, e as possibilidades de aplicação de cada modelo, de acordo com a realidade de cada região metropolitana.

- viii. **Financiamento da Governança Metropolitana e Interfederativa**, incluindo conhecimentos relacionados aos instrumentos financeiros previstos no Estatuto da Metrópole, às fontes de receita (como transferências, fundos, receitas próprias e parcerias), bem como os limites fiscais e os desafios da sustentabilidade institucional. Os objetivos de aprendizagem relacionados são: compreender os fundamentos do financiamento da governança metropolitana e identificar as principais fontes de recursos e instrumentos financeiros disponíveis para regiões metropolitanas.
- ix. **Desafios Atuais e Perspectivas Futuras**, incluindo conhecimentos relacionados à implementação prática do Estatuto da Metrópole e experiências e tendências internacionais. Os objetivos de aprendizagem relacionados são: Compreender os desafios práticos da implementação do Estatuto da Metrópole e da governança metropolitana e interfederativa no Brasil e assimilar experiências e boas práticas da governança metropolitana e interfederativa em âmbito internacional.

A partir da proposta de conteúdo mínimo e de objetivos de aprendizagem listados acima, a CONTRATADA deverá realizar o planejamento da estrutura do curso. O planejamento deverá incluir:

- i. Realizar o levantamento e análise do problema e das necessidades educacionais referentes à governança metropolitana e interfederativa;
- ii. Propor complementações ao conteúdo apresentado;
- iii. Definir a estrutura do curso;
- iv. Definir o título do curso;
- v. Consolidar objetivos de aprendizagem;
- vi. Definir os conteúdos mais adequados ao desempenho esperado;
- vii. Definir a sequência de aprendizagem;
- viii. Definir os recursos didáticos e pedagógicos necessários, que poderão incluir vídeos, áudios, textos, cartilhas, guias, quizzes, infográficos, PDFs, glossários, bibliotecas com referências, certificados, dentre outros.

O desenvolvimento do curso deverá observar e complementar o conteúdo do curso “Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Sustentável – Governança” disponível no Portal Capacidades e na plataforma EV.G da ENAP. Além disso, o curso deverá ser estruturado em concordância com as diretrizes do Portal Capacidades do Ministério das Cidades (MCID) e do Guia para conteudistas de cursos à distância da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). O planejamento da estrutura do curso deverá ser elaborado em colaboração e aprovado pela Equipe Gestora do Projeto e pela equipe da Coordenação-Geral de

Fortalecimento das Capacidades Governativas do MCID antes do desenvolvimento do conteúdo do curso.

Produto 2: Documento contendo Planejamento da Estrutura do Curso

Etapa 3 – Desenvolvimento do Curso

A partir do Planejamento da Estrutura do Curso aprovado, a CONTRATADA deverá desenvolver o conteúdo do curso de Introdução à Governança Metropolitana e Interfederativa. O conteúdo deverá apresentar clareza e precisão. Seu desenvolvimento deverá incluir:

- i. Elaboração dos roteiros de conteúdo dos recursos didáticos e pedagógicos;
- ii. Gravação e edição de áudios e vídeos, em alta qualidade para garantir um padrão visual, textual e sonoro adequados às plataformas nas quais o curso será disponibilizado;
- iii. Produção dos materiais didáticos e pedagógicos propostos na etapa de planejamento, que podem incluir textos, cartilhas, guias, quizzes, infográficos, PDFs, glossários, bibliotecas com referências, certificados, dentre outros.

As gravações em áudio e vídeo do curso deverão seguir diretrizes de acessibilidade, incluindo intérprete de libras, autodescrição dos palestrantes, legendas em português, escolha de fontes e imagens e acessibilidade para pessoas fotossensíveis. Os vídeos deverão ser legendados em português e em inglês.

Os roteiros dos recursos didáticos e pedagógicos deverão ser aprovados pela Coordenação Técnica do PNUMA e pela equipe da Coordenação-Geral de Fortalecimento das Capacidades Governativas do MCID antes do desenvolvimento do conteúdo do curso.

Os materiais didático-pedagógicos do curso deverão considerar a identidade visual do Portal Capacidades do Ministério das Cidades (MCID) e da Escola Virtual (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), bem como do Projeto CITinova II e dos seus parceiros. Os manuais e logomarcas serão disponibilizados pela Equipe Gestora do Projeto.

Produtos:

- Produto 3.1 – Documento contendo Roteiros do Conteúdo e dos Recursos Didático-Pedagógicos propostos para o Curso, incluindo Guia do Aluno.
- Produto 3.2 – Conteúdo do curso, incluindo vídeos, áudios, questionários avaliativos e demais materiais didático-pedagógicos.

Etapa 4 – Inserção do Curso nas Plataformas e Etapa de Testes

Após o desenvolvimento e aprovação do conteúdo do curso, ele deverá ser inserido no ambiente virtual de aprendizagem do Portal Capacidades do Ministério das Cidades (MCID) e da Escola Virtual (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A inserção desse conteúdo nas plataformas é de responsabilidade da CONTRATADA, seguindo as diretrizes de cada uma.

Após a inclusão do curso nas plataformas, deverá ser realizada uma etapa de testes na qual o curso deverá ser disponibilizado para as equipes do Projeto CITinova II e do Ministério das Cidades no seu formato final. O objetivo é a verificar a necessidade de quaisquer alterações necessárias antes do lançamento do curso. Uma vez realizada essa etapa de testes, a CONTRATADA deverá proceder com os ajustes necessários. Uma vez concluído, o curso será lançado oficialmente nas plataformas.

Produtos:

- Produto 4.1 – Curso inserido nas plataformas
- Produto 4.2 – Curso revisado após etapa de testes

8. Formas de Apresentação

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar para análise da Equipe Gestora do Projeto. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida equipe, a CONTRATADA deverá proceder às alterações até que o produto atenda às exigências solicitadas, chegando à versão final.

Todos os produtos intermediários e os produtos finais deverão ser escritos em língua portuguesa e deverão ser entregues em formato aberto para revisão e em formato aberto e final após aprovação. Os formatos dos produtos deverão seguir as diretrizes e especificações do Portal Capacidades do Ministério das Cidades (MCID) e da Escola Virtual (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Os documentos deverão ser entregues via e-mail ou link para download. Todos os arquivos fotográficos e arquivos de vídeo deverão ser entregues em alta qualidade em formato a ser definido conjuntamente com a Equipe Gestora do Projeto. Os arquivos fotográficos e de vídeo brutos devem ser entregues por meio de pasta em nuvem para download, cujo link deve ser compartilhado por e-mail. Os arquivos devem estar disponíveis na pasta da nuvem durante toda a duração do contrato.

A titularidade do material será do Governo do Brasil, com reconhecimento ao financiamento GEF, e qualquer uso, divulgação ou reprodução deverá seguir as diretrizes contratuais estabelecidas no acordo de cooperação firmado com a UNEP para a execução do projeto.

9. Cronograma e Forma de Pagamento

A duração total dos trabalhos para conclusão das atividades do presente termo de referência está estimada em no máximo 9 (nove) meses, mas é tolerada a conclusão antecipada.

A tabela abaixo descreve o prazo para entrega e revisão dos produtos previstos no presente termo de referência, bem como os percentuais de desembolso:

Nº	Produtos	Prazo de entrega após assinatura do contrato (dias corridos)	Prazo para revisão da equipe após entrega do produto (dias corridos)	Percentual de desembolso (%)
1	Produto 1 – Documento contendo Plano de Trabalho	7	8	2
2	Produto 2 – Documento contendo Planejamento da Estrutura do Curso	45	20	20
3	Produto 3.1 – Documento contendo Roteiros do Conteúdo e dos Recursos Didático-Pedagógicos propostos para o Curso, incluindo Guia do Aluno	95	20	30
	Produto 3.2 – Conteúdo do curso, incluindo vídeos, áudios, questionários avaliativos e demais materiais didático-pedagógicos	175	20	35
4	Produto 4.1 – Curso inserido nas plataformas	225	20	5
	Produto 4.2 – Conteúdo do curso revisado após etapa de testes	265	20	8

Qualquer alteração no cronograma, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br, com cópia para citinova2@funbio.org.br, citinova2@gmail.com).

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (nota fiscal/fatura) e após a emissão do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, MCTI, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

A aprovação final de cada produto descrito neste Termo de Referência é de responsabilidade e competência da Equipe Gestora do Projeto que com prazo de retorno à CONTRATADA de até 30 (trinta) dias corridos. A Equipe Gestora do Projeto poderá solicitar até 3 (três) revisões de cada produto. O pagamento dos respectivos produtos será realizado após sua aprovação.

10. Dados, Serviços Locais, Pessoal e Instalação

Todos os gastos com materiais, equipamentos, administração, recursos humanos e demais despesas necessárias para a execução das atividades, correrão por conta da CONTRATADA, incluindo workshops, oficinas e despesas de deslocamento. A CONTRATADA é responsável por incluir todos os gastos na sua proposta, bem como a estimativa de número de viagens, tempo de permanência, custo e número de pessoas a serem deslocadas.

11. Supervisão

O acompanhamento e supervisão técnica das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da Equipe do PNUMA e do MCID. O acompanhamento e supervisão do contrato será de responsabilidade do FUNBIO. A CONTRATADA fornecerá à Equipe Gestora do Projeto todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através dele ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

A Equipe Gestora, Agência Implementadora e Pontos Focais do projeto terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais da Equipe Gestora do Projeto, de forma online, sempre

que assim solicitada. A CONTRATADA fornecerá informações complementares e considerará na reformulação dos documentos as solicitações e observações da equipe de trabalho. Essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento, no caso de não atendimento do solicitado.

12. Prazos

A elaboração dos serviços, objeto deste Termo de Referência, de desenvolvimento do curso de Introdução a Governança Metropolitana e Interfederativa deverá ser realizada em até 265 (duzentos e sessenta e cinco) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

13. Obrigações

13.1. Obrigações da Contratada

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de honorários de sua equipe, bem como os custos de permanência de sua equipe no período compreendido de execução do contrato. É de responsabilidade da CONTRATADA ainda todos os outros custos com logística (viagens, alimentação, combustível, locação de espaços para as reuniões, coffee breaks, veículos, impressões, entre outros serviços prestados), itens individuais, e materiais e equipamentos para a realização das atividades, quando aplicável.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados e produzidos na realização dos serviços deste termo de referência. Esses recursos não serão utilizados para qualquer finalidade além da estipulada neste contrato e serão de propriedade exclusiva da contratante.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a Direção Nacional do MCTI, a Equipe Gestora do Projeto e a equipe da Coordenação-Geral de Fortalecimento das Capacidades Governativas do MCID, de acordo com cronograma estabelecido entre as partes ou sempre que solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA será responsável por revisar os produtos descrito neste termo de referência de acordo com a solicitação da Equipe Gestora do Projeto. A CONTRATADA terá até 10 (dez) dias

corridos para realizar os pedidos de correção e reenviar o produto ajustado para nova avaliação. Poderá ser pactuado novo prazo por escrito entre as partes caso seja de comum acordo a necessidade de extensão do prazo, devido à complexidade do ajuste/devolutiva respeitando os prazos do cronograma deste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá incluir as logomarcas do Projeto CITInova II, do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Ministério das Cidades (MCID), do Programa Nacional de Capacitação das Cidades – Capacidades, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) e dos demais parceiros indicados pela Equipe Gestora do Projeto. A aplicação das marcas deverá considerar diretrizes de uso de marca de cada instituição e o manual de identidade visual do Projeto CITInova II. Todos os materiais de comunicação deverão ser aprovados pelo(a) Assessor(a) de Comunicação da Equipe Gestora do Projeto antes da sua impressão, confecção e divulgação.

13.2. Obrigações da Contratante

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da Equipe Gestora do Projeto e será realizada em até 20 (vinte) dias corridos da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão, em até no máximo 3 (três) revisões.

14. Avaliação, Classificação e Desclassificação das Propostas Técnicas

14.1. Qualificação da Consultoria

A experiência da CONTRATADA deverá ser atestada mediante apresentação de documentação que comprove sua experiência em 3 (três) ou mais projetos (apresentar todas as experiências comprovadas) de coordenação, planejamento avaliação e desenvolvimento de cursos autoinstrutivos na modalidade de educação à distância. Experiência comprovada de desenvolvimento de cursos para a plataforma da Escola Virtual (EV.G) da ENAP é desejável. Experiência comprovada de desenvolvimento de cursos para a Plataforma Capacidades do Ministério das Cidades (MCID) é desejável. Conhecimento aprofundado na temática de governança metropolitana e interfederativa e de planejamento urbano integrado é desejável. Conhecimento aprofundado na temática de políticas públicas ambientais e climáticas é

desejável. Além disso, a área de atuação da consultoria deve estar diretamente relacionada com as atividades pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

Empresas e/ou instituições poderão se associar visando melhorar suas qualificações técnicas e poderão fazê-lo através de Consórcio e devem apresentar um Contrato particular, ou outro instrumento legal de formação da associação.

Caso empresas associadas virem a vencer o processo de seleção, o FUNBIO firmará o contrato apenas com a empresa líder, devendo esta contribuir substancialmente com recursos humanos para o trabalho e ser a responsável por toda a execução dos serviços. A integralidade dos pagamentos referentes a prestação dos serviços será realizada pelo FUNBIO apenas para a empresa líder.

14.2. Qualificação da Equipe Profissional

A equipe da consultoria CONTRATADA deverá incluir os seguintes profissionais mínimos e qualificações mínimas:

- i. **Coordenador(a) Técnico(a) e Designer Instrucional:** Formação acadêmica em educação, pedagogia, design instrucional ou áreas correlatas. Experiência profissional de no mínimo 5 (cinco) anos com coordenação, planejamento e avaliação de cursos. Experiência profissional de design instrucional de no mínimo 3 (três) cursos autoinstrutivos na modalidade de educação à distância (EaD). Experiência profissional com planejamento e desenvolvimento de cursos para a Escola Virtual (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é desejável. Conhecimento de linguagem simples e acessível é desejável. Conhecimento da temática de governança metropolitana e interfederativa e assuntos correlatos é desejável.
- ii. **Especialista de Conteúdo de Governança Metropolitana e Interfederativa:** Formação acadêmica em arquitetura e urbanismo, geografia, gestão de políticas públicas ou áreas correlatas. Experiência profissional de no mínimo 3 (três) anos com a temática de governança metropolitana e interfederativa, incluindo conhecimento aprofundado sobre Estatuto da Metrópole, Funções Públicas de Interesse Comum, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado e instrumentos de planejamento e gestão urbana integrada, instâncias decisórias e estruturas organizacionais. Conhecimento de mecanismos de financiamento voltados à gestão compartilhada é desejável. Experiência profissional com projetos educacionais é desejável.
- iii. **Especialista de Conteúdo de Planejamento Urbano Integrado:** Formação acadêmica em arquitetura e urbanismo, geografia, gestão de políticas públicas ou áreas correlatas. Experiência profissional de no mínimo 3 (três) anos em planejamento urbano integrado. Experiência profissional políticas urbanas, dentre elas, habitação, regularização fundiária, mobilidade urbana e integração metropolitana, saneamento, resíduos

sólidos, educação, saúde, gestão de recursos hídricos e transformações e estruturas tecnológicas de apoio, pesquisa e gestão territorial (CTM). Experiência profissional com projetos educacionais é desejável.

- iv. **Especialista de Conteúdo de em Clima e Meio Ambiente:** Formação acadêmica em engenharia ambiental, ciências ambientais, planejamento urbano, políticas públicas ou áreas correlatas. Experiência mínima de 3 (três) anos em planejamento, desenvolvimento e/ou na implementação de planos e políticas públicas ambientais e climáticas, preferencialmente com foco na agenda urbana. Experiência profissional de planejamento urbano integrado nas áreas de mitigação, de adaptação climática e de gestão e conservação da biodiversidade é desejável. Experiência profissional em projetos de articulação interfederativa para a implementação das agendas climática e ambiental é desejável. Experiência profissional com projetos educacionais é desejável.
- v. **Designer Gráfico(a):** Formação acadêmica em comunicação social, publicidade, design ou áreas correlatas. Experiência profissional de no mínimo 3 (três) anos em criação de identidade visual, diagramação, produção de vinhetas e recursos visuais para vídeos e desenvolvimento de materiais de comunicação como infográficos, ilustrações, mapas conceituais e slides. Experiência profissional de colaboração com projetos educacionais e de design instrucional é desejável.
- vi. **Profissional de Audiovisual:** Formação acadêmica em comunicação social, cinema, audiovisual ou áreas correlatas. Experiência profissional de no mínimo 3 (três) anos em produção de roteiros audiovisuais, de gravação e edição de vídeos, som e imagem e com legendas e transcrições. Experiência com acessibilidade audiovisual é desejável. Experiência profissional de colaboração com projetos educacionais e de design instrucional é desejável.
- vii. **Especialista em Libras:** Formação acadêmica em Letras-Libras, Pedagogia com habilitação em Libras, Tradução e Interpretação em Libras ou áreas correlatas. Certificação do PROLIBRAS ou exame equivalente de proficiência reconhecido pelo MEC ou MECINE. Experiência profissional com no mínimo 2 (dois) projetos como intérprete de Libras em gravações de vídeo para cursos, eventos educacionais ou institucionais. Experiência profissional com foco em acessibilidade para surdos, envolvendo Libras e legendagem simultânea é desejável. Experiência com tradução/interpretação em ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e com materiais educacionais autoinstrucionais é desejável. Experiência profissional em projetos educacionais com equipes multidisciplinares (design instrucional, audiovisual, pedagogia) é desejável.

Os profissionais poderão acumular mais de uma especialidade contanto que comprovem formação e conhecimento nas áreas solicitados pelo presente termo de referência. Eventuais profissionais complementares que a consultoria considerar necessários para a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência deverão estar devidamente especificados na proposta técnica e devem ser incluídos na proposta financeira.

Valoriza-se composições de equipes com atenção à equidade de gênero e com a diversidade. É desejável que a equipe indicada pela proponente possua uma composição equilibrada entre integrantes homens e mulheres. Entende-se por equidade de gênero uma composição de equipe que considere 50% ou mais dos integrantes mulheres. É desejável também que a equipe indicada pela proponente apresente diversidade nos perfis contratados. Entendemos por diversidade profissionais autodeclarados negros(as), LGBTQIA+, indígenas e outras minorias.

14.3. Qualificação da Proposta Técnica e Financeira

A análise da Proposta Técnica considerará sua adequação aos objetivos fixados no Termo de Referência, incluindo abordagem técnica, metodologia e cronograma. A análise da Proposta Financeira considerará a adequação dos valores aos recursos disponíveis no projeto, bem como o custo em relação às demais propostas submetidas.

15. Equipe Gestora

Pontos focais da Equipe do Projeto CITinova II ~~para o presente termo de referência:~~

~~Nome: Luciana Cruz~~

~~Cargo: Gerente de Projeto – FUNBIO~~

~~Nome: Camile Vieira Martins~~

~~Cargo: Coordenadora Técnica – PNUMA~~